

Desenvolvimento e democracia

ANTONIO REZK

ANC 3 FOLHA DE SÃO PAULO
Aqueles que, na democracia, imaginavam consolidar um grande partido-frente —tal qual ocorrera no enfrentamento da ditadura—, que contivesse no seu seio as mais diversas tendências políticas e os mais contraditórios interesses, estavam equivocados, como está demonstrando a realidade da Constituinte.

A frente, que derrotou a ditadura e iniciou a transição institucional, esgotou-se. Já cumpriu a sua tarefa. Os seus antigos componentes não estarão todos do mesmo lado no processo democrático. Surge uma nova realidade partidária; o realinhamento, determinado pelos interesses e compromissos sociais e ideológicos de cada um, é a consequência natural deste processo de democratização, que carece ainda de partidos solidificados que possam expressar, no seu conjunto, a complexidade social e econômica do país. Daí a ausência de projetos nacionais mais definidos, elaborados a partir de matriz partidária. Esta deficiência —sem dúvida de caráter histórico e que foi agravada ainda mais pela ditadura— faz com que o Brasil continue governado, na prática, pela mesma tecnoburocracia conservadora da época do autoritarismo.

Aliás, rigorosamente falando, não está havendo um realinhamento partidário, mas um realinhamento político que deve conduzir à formação de partidos, social e ideologicamente engajados, com programas e objetivos definidos. Que estes partidos se formem e se consolidem é fundamental para a democracia. Por isso, esta reformulação que está ocorrendo ao final da Constituinte —e que atinge, principalmente o PMDB, e, em menor escala, o PFL— é natural e poderá ser salutar para a vida política brasileira.

Este realinhamento político ocorre para estar presente na disputa do poder em função das regras democráticas que presidirão o país daqui para o futuro. As alianças que se formarem agora configurarão interesses sociais e políticos mais definidos estabelecendo programas e objetivos comuns para a luta, conquista e exercício do poder.

As forças conservadoras e anti-mudancistas —presentes em diversos partidos—, tomaram novo fôlego e rapidamente se articularam, dentro e fora do Congresso Nacional, para deter o ímpeto reformista da Constituinte. Na futura disputa do poder convergirão para uma frente anti-reformista. O seu projeto nacional, embora possa ligar-se a um novo ciclo de desenvolvimento —e se

ligará, sem dúvida alguma, tentando controlá-lo—, buscará sempre limitar o alcance social da democracia; o seu objetivo político, no controle do Estado e do seu aparelho, será o de manutenção do status quo de dominação econômica e de preservação de privilégios.

Embora a direita tenha os seus populistas e possa deles se utilizar para a conquista do poder, a alternativa das forças progressistas, contudo, não pode ser o neopopulismo que sempre cria falsas expectativas; demagógico, apenas tangencia as questões fundamentais, sem nunca resolvê-las e vem sempre associado a práticas autoritárias quando no exercício do governo, que é sempre personalista.

Apesar da dívida —externa e interna— e do seu peso sobre a nossa economia, a realidade brasileira é a de uma nação em processo de desenvolvimento. A continuidade deste processo, de forma soberana e auto-sustentada exige uma política ousada de reformas estruturais que rompam as formas atrasadas de dominação política e econômica, acabando com as desigualdades regionais e as condições de miséria e de pobreza em que ainda vivem milhões de brasileiros. Por outro lado, a capacitação do nosso mercado interno e a modernização do

22 JUL 1988
nosso parque produtivo, para fazer frente a uma economia que se internacionaliza, necessitam da presença de um Estado moderno e socialmente democratizado.

Por isso, nesta nova etapa da vida política brasileira, a resposta à articulação das forças conservadoras e ao neopopulismo está na formação de uma nova aliança política, pluripartidária e socialmente ampla, que some os setores democráticos e progressistas. Traduzindo os anseios e a necessidade de mudanças que a sociedade brasileira tem manifestado nas mais diferentes formas, esse novo bloco político terá a tarefa de definir, propor e encaminhar um novo projeto nacional de desenvolvimento com mais democracia.

Entre outros fatores, este projeto terá que atender ao aprofundamento da democracia, através de reformas estruturais que modernizem o país para um desenvolvimento econômico e social mais justo, à renovação tecnológica dos nossos parques industrial, agrário e de serviços e à preservação do interesse nacional numa economia cada vez mais internacionalizada.

ANTONIO REZK, 55, é o presidente do Diretório Regional do PCB em São Paulo e foi deputado estadual.